

# NOTÍCIAS DA LATA

BOLETIM INFORMATIVO DA ABRALATAS

ANO 14 - Nº 75

## TRIBUTAÇÃO VERDE

EVENTO REUNIU CATADORES, CONSUMIDORES, EMPRESÁRIOS, REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO E ESPECIALISTAS QUE DEFENDEM UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE BAIXO IMPACTO AMBIENTAL

Alumínio é para sempre.

2º FÓRUM

## Economia Limpa



Fotos: Folhapress

### MARINA SILVA

Brasil pode ser exemplo e direcionar economia para descarbonização

p. 4

### EVERARDO MACIEL

Constituição é explícita para uso da extrafiscalidade com fins ambientais

p. 5

### RENAULT CASTRO

É inadmissível que outros materiais tenham o mesmo tratamento tributário que a lata

p. 8

*Poderia não ser nada, apenas um encontro para falar de um assunto que tem relação com nosso estilo de vida, com nossa cultura de consumo. Se fosse só isso, talvez bastasse colocar em pauta o desafio de encontrar soluções para a redução do impacto ambiental de nosso dia a dia. Mas o Ciclo de Debates Abralatas 2017, realizado em parceria com a Folha de São Paulo, na forma do 2º Fórum Economia Limpa, foi muito mais. Reuniu profissionais de diversos setores que se mostraram muito incomodados com o resultado ambiental da nossa atividade econômica. Querem uma solução.*

*Nesta edição do Notícias da Lata fizemos um resumo dos debates ocorridos no evento, que podem ser acessados em [www1.folha.uol.com.br/especial/2017/forum-economia-limpa-2/](http://www1.folha.uol.com.br/especial/2017/forum-economia-limpa-2/). Tivemos a participação especial de dois grandes pensadores das causas ambientais e tributárias, justamente as áreas que o Fórum buscava reunir: a ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o ex-secretário da Receita Federal, Everardo Maciel.*

*Participaram catadores, consumidores, empresários, representantes do Poder Público, especialistas, colocando na mesa a importância de definirmos caminhos eficazes para reduzir as emissões de gases de efeito estufa.*

*Para isso, é necessário mudar o comportamento do consumo e os modelos de produção. O melhor caminho? Cumprir a Constituição Federal, que prevê tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.*

*Assim, com a Tributação Verde implementada no Brasil, poderemos estimular um estilo de vida mais sustentável e contribuir para a preservação da vida. Repetindo, basta cumprir a Constituição.*

### RENAULT CASTRO

Presidente Executivo da Abralatas



# ANUÁRIO DA ABRALATAS RELEMBRA A HISTÓRIA DA RECICLAGEM E MOSTRA COMO ANDA A COLETA SELETIVA PELO PAÍS



A história da reciclagem no Brasil, relatada em ilustrações do cartunista Paulo Caruso, é um dos destaques da nova edição da Revista da Lata. A publicação traz anualmente o desempenho do setor de latas de alumínio para bebidas, relatando ainda as novidades no segmento de embalagens, de bebidas e temas de sustentabilidade ambiental.

Na edição 2017, a Revista da Lata faz um levantamento da coleta seletiva realizada nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo de 2014, locais que receberam prioridade das ações da Coalizão Empresarial de Embalagens para realização de logística reversa. Boa parte das prefeituras está contratando cooperativas de catadores para a realização da coleta e da triagem dos materiais descartados.

A publicação trata também do crescimento do segmento de cervejas artesanais, que vê na latinha a embalagem adequada para preservar o sabor da bebida, e o boicote dos bares e restaurantes de Brasília (DF) à *long neck*, por inviabilidade econômica de reciclagem do vidro.

Como em todas as edições, a Revista da Lata vem recheada de entrevistas e artigos exclusivos. Neste ano alguns destaques são os artigos do governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, e do vice-prefeito de São Paulo, Bruno Covas.

Confira a íntegra do relatório no site da Abralatas: [www.abralatas.org.br](http://www.abralatas.org.br)



## EXPEDIENTE

### Boletim da ABRALATAS

Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alumínio » SCN Qd. 01, Bloco F, Ed. America Office Tower, Salas 1608 a 1610, CEP: 70.711-905, Brasília-DF

Tel/Fax: (61) 3327-2142

E-mail: [abralatas@abralatas.org.br](mailto:abralatas@abralatas.org.br)

Presidente do Conselho de Administração: Wilmar Arinelli

Presidente Executivo: Renault de Freitas Castro

Assessoria: Guilherme Caniello

Projeto Gráfico: Frisson Comunicação

Jornalista responsável e Redação: Cláudio Tourinho

Tiragem: 3.200 exemplares

Impressão: M2 Gráfica e Editora

## ASSOCIADOS



## AFILIADOS



CONHEÇA A ABRALATAS EM: [WWW.ABRALATAS.ORG.BR](http://WWW.ABRALATAS.ORG.BR)



Twitter: [www.twitter.com/abralatas](http://www.twitter.com/abralatas)



LinkedIn: Abralatas



Facebook: Abralatas



YouTube: Canal Abralatas



# PROGRAMAÇÃO

\_2º FÓRUM

## Economia Limpa

3 e 4 de outubro de 2017  
Tucarena, São Paulo (SP)

Correalização



**FOLHA**  
NÃO DÁ PRA NÃO LER.

Patrocínio

Novelis

**3/10/2017**

**Abertura:** **Marina Silva** (ex-ministra do Meio Ambiente e ex-senadora)

**MESA 1: A IMPORTÂNCIA DA RECICLAGEM**

**Participantes:** **Carolina Tarrío** (jornalista e cofundadora do Movimento Boa Praça); **Ronaldo Stabile** (vice-presidente da Associação Brasileira de Reciclagem e Inovação - Abrin); **Wilson Santos Pereira** (coordenador de sustentabilidade da cooperativa Vira-Lata)

**MESA 2: ESTRATÉGIAS E IMPACTO DA RECICLAGEM SOBRE A INDÚSTRIA**

**Participantes:** **Edy Merendino** (gerente de desenvolvimento ambiental da Tetra Pak); **Juliana Marra** (gerente de assuntos corporativos da Unilever); **Renault Castro** (presidente executivo da Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alumínio - Abralatas)

**MESA 3: BALANÇO DE SETE ANOS DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

**Participantes:** **Anderson Nassif** (membro da coordenação estadual do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR); **Gabriela Lutero** (coordenadora técnica da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais - Abrelpe); **Víctor Bicca** (presidente do Compromisso Empresarial para Reciclagem - Cempre)

**4/10/2017**

**Abertura:** **Everardo Maciel** (ex-secretário da Receita Federal)

**MESA 4: TRIBUTAÇÃO VERDE EM TEMPOS DE CRISE**

**Participantes:** **Carlos Mussi** (representante da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - Cepal) no Brasil; **Helena Veronese** (economista da consultoria Tendências); **Marcos Lisboa** (diretor-presidente do Insper e fundador e membro do conselho diretor do Instituto Escolhas)

**MESA 5: IMPORTÂNCIA DE UMA REFORMA TRIBUTÁRIA PARA A VIABILIDADE POLÍTICA**

**Participantes:** **Gustavo Patu** (editor de Opinião da Folha); **Ivan Cordeiro** (agente fiscal de rendas da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo); **Odilon Guedes** (professor de economia da Fundação Armando Álvares Penteado - Faap)

**MESA 6: A EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL COM TRIBUTAÇÃO VERDE**

**Participantes:** **Evelyne Rodriguez** (ministra para a América Latina da agência Promexico); **James Marins** (advogado especialista em direito tributário, sócio do escritório Marins Bertoldi); **Marcos Villas-Bôas** (consultor jurídico e ex-conselheiro do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - Carf), do Ministério da Fazenda

# OPORTUNIDADE DE GIGANTE

Brasil tem tudo para ser exemplo em economia de baixo carbono, acredita **Marina Silva**



Foto: Folhapress

**A** ex-ministra do Meio Ambiente e ex-senadora Marina Silva (foto), abriu o 2º Fórum Economia Limpa, mostrando que o país tem toda a capacidade para ser um exemplo mundial em desenvolvimento sustentável e direcionar a economia no sentido de um projeto de desenvolvimento com descarbonização. “O Brasil reúne as principais vantagens comparativas para liderar pelo exemplo. Ser para o Século XXI o que os Estados Unidos foram para o Século XX. Falta apenas sair da lógica de ser ‘gigante pela própria natureza’ e se agigantar pela natureza das decisões que toma”, afirmou a ex-ministra.

O grande desafio, disse Marina, é considerar que o desenvolvimento sustentável é muito mais que tratar o meio ambiente com respeito, com cuidados com a biodiversidade, gerando energia limpa e renovável. “É preciso encarar como um ideal de vida, uma forma de ser e estar no mundo, do ponto de vista cultural, político, empresarial”, explicou, apontando aqueles que considera serem os pilares da sustentabilidade.

“As Nações Unidas estabelecem que, para um modelo ser sustentável, precisa ser do ponto de vista econômico, social, ambiental e cultural. Eu acrescentaria mais três dimensões necessárias. Para ser sustentável precisa ser também do ponto de vista político, ético e até mesmo estético”, disse a ex-ministra.

Para ela, a dimensão da sustentabilidade ética está na base de tudo. “Boa parte dos problemas que vivemos já possui respostas técnicas. Temos conhecimento para gerarmos energia da água, do vento, da biomassa, do Sol. O que falta é o compromisso ético de colocar a nossa técnica a serviço das decisões que tomamos.”

**Tributação** – Marina Silva disse que, em toda mudança, é importante perceber os sinais, ter uma visão “antecipatória”. Citando o sociólogo francês Edgar Morin, lembrou que, no começo, as mudanças podem ser apenas um pequeno desvio de curso. “A gente precisa ficar atenta para saber quais são os desvios que a gente quer que prosperem.”

A ex-ministra usou o pensamento do analista ambiental americano Lester Brown

para destacar a importância de analisar o custo do impacto ambiental do nosso desenvolvimento. “Ele disse que o comunismo se inviabilizou por não considerar os preços econômicos, e que o capitalismo pode desaparecer por não considerar o preço ecológico, o preço ambiental. Há um custo em relação ao impacto que nós causamos ao planeta. E isso pode comprometer as bases naturais do nosso desenvolvimento.”

A grande aposta do mundo, afirmou, é a descarbonização da economia. “Para isso, é preciso pensar em incentivos, mecanismos de investimento para esta agenda. Porque é a partir dela que vamos gerar os novos empregos, as novas bases de conhecimento.” Marina afirmou que o Brasil não soube usar os princípios estabelecidos na Constituição para fornecer vantagens tributárias para a agenda da sustentabilidade. Exemplificando com o caso da reciclagem da sucata das latinhas de alumínio, criticou a falta de sensibilidade do governo ao permitir a tributação de materiais destinados à reciclagem e de produtos fabricados com matéria prima reciclada.

# ECOTRIBUTAÇÃO AO NOSSO ALCANCE

Legislação já prevê o uso dos tributos para redução do impacto ambiental, esclarece **Everardo Maciel**



Foto: Folhapress

O ex-secretário da Receita Federal, Everardo Maciel (foto), destacou, em sua palestra no 2º Fórum Economia Limpa, que o caminho para utilizar a política tributária com objetivos ambientais é a utilização de ferramentas de extrafiscalidade, que aplicam os tributos existentes como instrumentos auxiliares de outra política pública, no caso, a ambiental. “No Brasil este fato é admitido explicitamente no texto constitucional. Portanto, não é algo que possa ser entendido como estranho”, afirmou.

Para Everardo, há diversas formas de trabalhar a Tributação Verde ou, nas suas palavras, a Ecotributação. “A extrafiscalidade, aquela parte da doutrina tributária que cuida dos tributos para além da sua capacidade estritamente arrecadatória, pode se operar pela incidência em relação a um determinado tributo já existente, pela adoção de taxas (por exemplo, uma taxa especificamente ambiental), e também mediante sanções que se constituem em multas isoladas por infrações à legislação ambiental.”

Everardo citou casos de Ecotributação que já ocorreram no Brasil. O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) foi utilizado para alcançar objetivos ambientais, entre outros, ao incidir sobre carros movidos a álcool mediante alíquotas menores do que aquelas definidas para os carros movidos a gasolina. Um dos argumentos para esse tratamento diferenciado foi o de que o uso do etanol resultaria em menor dano ao meio ambiente.

“Quando eu era secretário da Receita Federal, em um dado momento eu propus dar aos carros flex o mesmo tratamento dos carros movidos a álcool. Todos os fabricantes diziam não existir uma boa tecnologia para carro flex, que a proposta era algo absolutamente inviável. Com a nova legislação, em seis meses todos os carros eram flex. Ou seja, essa alteração deu um estímulo notável a esta mudança tecnológica e com a utilização da tributação.”

Everardo também lembrou da isenção concedida a equipamentos para produção de energia alternativa, que não pagam IPI, e das alíquotas menores concedidas a produtos biodegradáveis, em relação aos fabricados com matéria plástica.

Outro exemplo destacado pelo ex-secretário da Receita Federal foi a dedução de áreas de interesse ecológico da base de cálculo do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR). E apontou a criação da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE), incidente sobre os combustíveis, como um dos exemplos mais fortes de uma política tributária com objetivo ambiental. “A CIDE dos combustíveis foi instituída por mudança constitucional e mostrou, claramente, um tratamento diferenciado na tributação, com o objetivo de diferenciar a gasolina e o etanol.”

O palestrante alertou, entretanto, que é necessário utilizar a extrafiscalidade com moderação. “Tributo é para arrecadar impostos. Eu posso dar algum sotaque extrafiscal, mas eu corro o risco de cometer um estresse de competência, pedir que o tributo faça muito mais coisa que ele pode fazer. É preciso muito cuidado porque, quando eu aumento este ‘sotaque’ dos tributos, eu o torno complexo. E isso pode resultar em dificuldades, como sonegação, elisão e até mesmo a incompreensão do pagamento do tributo.”



\_2º FÓRUM

## Economia Limpa

# CASOS MOSTRAM DESCASO DE SETORES COM A LOGÍSTICA REVERSA

**C**arolina Tarrío, cofundadora do Movimento Boa Praça, relatou sua experiência e indignação diante de um setor que pouco fez para buscar soluções mais sustentáveis. Depois de mais de dez anos cobrando de um fabricante de leite especial uma destinação para suas embalagens de plástico, reuniu amigos com o mesmo problema e levou para a porta dessa empresa 365 embalagens vazias, representando o consumo anual de uma família de quatro pessoas. “A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) determina que fabricantes, distribuidores, comerciantes, consumidores e o Poder Público sejam solidários na reciclagem. O texto parece bonito e razoável, mas

na vida real você percebe que cada um desses atores tem um peso absolutamente diferente. É preciso equacionar um pouco melhor essa solidariedade”, defendeu.

Wilson Santos Pereira, coordenador de sustentabilidade da Cooperativa Vira-Lata de São Paulo (SP), destacou ponto semelhante. “O plástico é um grande problema”, disse, contando que, em pouco mais de um ano de atividade, a cooperativa compactou 550 mil unidades de embalagem de iogurte. “Entramos em contato com a indústria e ameaçamos jogar tudo na Avenida Paulista, se não aparecesse uma solução. Quinze dias depois recebemos uma visita do fabricante, informando que uma empresa iria comprar nosso material. É preciso maior

sensibilidade da indústria. Antes de lançar um produto, é necessário verificar se a embalagem possui algum valor comercial, se irá retornar para a indústria. Se não for, nem lança”, advertiu.

Outra experiência foi relatada por Ronaldo Stabile, vice-presidente da Associação Brasileira de Reciclagem e Inovação (Abrin), que trabalha com descarte de material eletrônico. “Dos 79,9 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos gerados por ano, apenas 1,4 milhão são de eletroeletrônicos e, destes, 10% estão na linha verde de eletrônicos, ou seja, cerca 140 mil toneladas. Nem 2% disso é reciclado”, afirmou, defendendo um programa de inclusão digital.



Foto: folhapress

## Balanço da PNRS é positivo e meta de reciclagem de embalagens será atingida, revela Cempre

No debate sobre os resultados de sete anos da PNRS, o presidente do Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre), Víctor Bicca, antecipou que o setor de embalagens vai conseguir entregar, no final do ano, a meta de aumento de reciclagem apresentada no Acordo Setorial assinado há dois anos. “Quando criamos a Coalizão de Embalagens, havia duas grandes metas. A primeira era estruturante, definia o número de cooperativas e pontos de entrega voluntária. Foi amplamente atingida. E agora, finalizando os dois anos do Acordo, vamos cumprir a meta de 22% de aumento da reciclagem de embalagens”, revelou.

Victor elencou três pontos que, segundo ele, podem ampliar ainda mais os benefícios da PNRS. “O primeiro é fazer com que todos cumpram a lei, todos participem. Para isso, o Governo Federal tem

que ser mais firme; o segundo ponto é a desoneração da cadeia da reciclagem. Hoje há uma bitributação. Uma latinha coletada, se voltar para a cadeia produtiva, vai ter que pagar todos os tributos novamente. E o terceiro ponto é fortalecer o setor reciclador com uma política industrial específica. Não adianta só coletar e não ter uma demanda. O grande diferencial do setor de alumínio para outras embalagens foi a criação da demanda”, destacou, defendendo incentivos diferenciados para quem investe e tem melhor capacidade para reciclar.

Anderson Nassif, integrante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), disse que um dos benefícios da PNRS foi tirar a categoria da invisibilidade social e estimular a profissionalização das cooperativas. Mas Anderson se mostrou preocupado com os processos de encerramento dos lixões. “Somos totalmente favoráveis ao fim dos lixões. Mas que isso não venha acompanhado do encerramento do sonho das pessoas que lá estão trabalhando e colaboraram com o cenário ambiental do país. As pessoas querem sair daquela situação, mas com uma estrutura de trabalho melhor. Isso tem que ser pensado.”

Já a representante da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), Gabriela Lutero, defendeu uma maior conscientização da sociedade para ampliar a reciclagem e reduzir o desperdício. “Falta à população entender um pouco mais seu papel como consumidora, como geradora de resíduos. Metade do que entra nas centrais de triagem vai para os aterros, no melhor dos cenários; seja pela viabilidade econômica, seja pela baixa qualidade da segregação na fonte.”

**Indústria** - A definição da embalagem mais adequada para comercializar um determinado produto passa pela análise de diversos fatores, inclusive o seu impacto ambiental. O argumento foi apresentado pelo gerente de desenvolvimento ambiental

da Tetra Pak, Edy Marcelino, e pela gerente de assuntos corporativos da Unilever, Juliana Marra, durante o debate sobre o “Papel da Indústria na Economia Limpa”.

De acordo com Edy Marcelino, o desafio da Tetra Pak ao produzir uma embalagem leve e resistente é utilizar 78% de matéria-prima renovável. “Mas, mais do que ter uma embalagem reciclável, é preciso que a embalagem esteja sendo reciclada. E este ‘sendo reciclada’ precisa significar um bom negócio, do ponto de vista econômico, ambiental, social”, disse, mostrando que a empresa possui parceria com 37 recicladoras, que reaproveitaram, em 2016, perto de 60 mil toneladas da embalagem.

Segundo ele, é importante conectar também o consumidor com esta rede. “Em 2008 a Tetra Pak lançou o site Rota da Reciclagem, com o primeiro buscador de pontos de entrega voluntária e cooperativas de catadores no Brasil. Hoje ele conta com mais de 5 mil pontos de entrega.”

Já a representante da Unilever lembrou que sua empresa tem um plano global de sustentabilidade que estabelece a necessidade de reduzir seu impacto ambiental para crescer. “Quando se fala em crescer, naturalmente se pensa em ter mais unidades vendidas. A lógica do nosso plano de sustentabilidade é utilizar tecnologia para concentrar o produto, para reduzir o volume, a quantidade do produto mantendo as mesmas características do produto original. Assim, pode ser vendido em embalagens menores, reduzindo o impacto ambiental.”

A Unilever, contou Juliana Marra, participa do programa “Dê a mão para o futuro”, que apoia cooperativas de catadores de materiais recicláveis. “Não existe solução única. A logística reversa é um desafio diário, diferente, inclusive para cada país. Um grande número de indústrias apoia o programa, com aportes financeiros, atendendo à PNRS com resultados mais adequados. E, para ter melhores resultados, precisamos apoiar os catadores, as cooperativas.”

\_2º FÓRUM

**Economia**

**Limpa**



# **TRIBUTAÇÃO VERDE VALORIZA A PRODUÇÃO E O CONSUMO DE BAIXO IMPACTO AMBIENTAL E ORIENTA UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, DEFENDE ABRALATAS**





Foto: Folhapress

Conceder um tratamento diferenciado a produtos, de acordo com seu impacto ambiental, não é uma bandeira exclusiva de um setor que tem a embalagem mais reciclada do mundo. É o cumprimento de um preceito constitucional. O argumento foi defendido no 2º Fórum Economia Limpa pelo presidente executivo da Abrelatas, Renault Castro (foto), que relatou a história de sucesso da lata de alumínio para bebidas para defender a implantação no Brasil de uma Tributação Verde. “Não se pode, ao nosso ver, premiar quem não tem a preocupação suficiente para viabilizar a redução do impacto ambiental de seus produtos”, criticou.

Segundo Renault, o artigo 170 da Constituição Federal, inciso VI, deixa claro que a Ordem Econômica tem por objetivo assegurar a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados alguns princípios. Entre eles, “a defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação”.

“Está claro. Basta cumprir a Constituição”, defendeu Renault, citando o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Ayres Britto, que interpretou o tratamento diferenciado como “forma de favorecer as ações de impactação benfazeja para desfavorecer as malfazejas”. “Não reivindicamos subsídios, mas um tratamento diferenciado entre embalagens que têm diferentes impactos ambientais. Pode ser via redução de tributos ou manutenção de tributos para quem tem impacto positivo ou neutro e uma redução menor ou manutenção para quem tem impacto ambiental maior”, analisou.

O problema, destacou o executivo da Abrelatas, é que a questão nunca foi considerada pelos órgãos regulatórios como uma vantagem digna de discriminação inversa, ou seja, de premiação para o produto de baixo impacto ambiental. “Infelizmente, em especial neste momento em que se discute a Reforma Tributária, não vemos qualquer menção ao peso da tributação para determinar o tipo de desenvolvimento desejado para nosso país. Isso, acaba favorecendo quem não fez seu dever de casa, quem não fez investimentos para reduzir o seu impacto ambiental.”

Renault lembrou que o processo de reciclagem da latinha começou no mesmo momento de sua produção no Brasil, em 1989. No início, havia estímulo para escolas e outras instituições, introduzindo um conceito cultural de que a embalagem tinha um valor mesmo após o descarte. “Aos poucos, isso foi sendo encampado pela população, surgindo o primeiro programa de logística reversa em grande escala de que se tem notícia.”

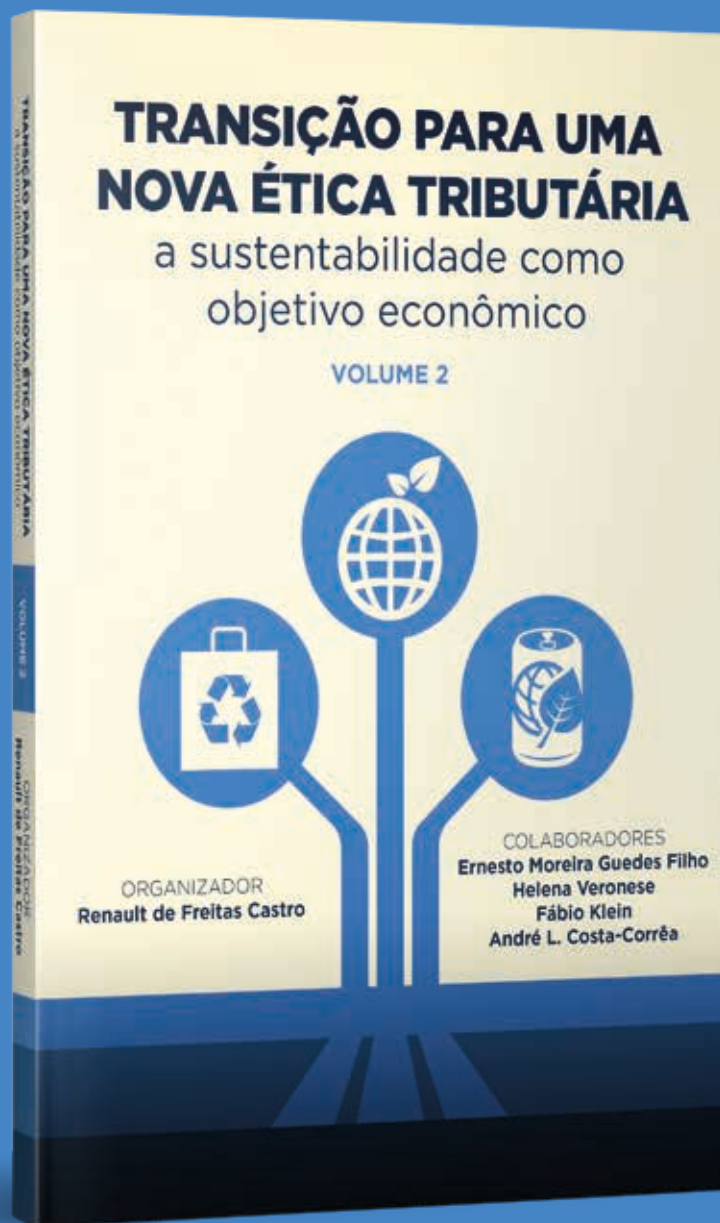
“O modelo estimulou a criação de um novo mercado, transformando em renda e ocupação alternativa para catadores o recolhimento de materiais recicláveis. Foi um estímulo para a reciclagem, inclusive de outros materiais menos valorizados”, destacou. “Nos últimos cinco anos, a indústria investiu cerca de R\$ 200 milhões apenas no setor de reciclagem, com novas plantas, novos processos. Com essas qualidades e esses níveis de investimentos, consideramos inadmissível que outros materiais tenham o mesmo tratamento tributário que a lata”, afirmou, defendendo um modelo tributário que leve em consideração o impacto ambiental dos produtos.

“

**Não reivindicamos subsídios, mas um tratamento diferenciado entre embalagens que têm diferentes impactos ambientais**

”

# ESTUDO VÊ TRIBUTAÇÃO COMO SOLUÇÃO DESEJÁVEL PARA UMA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL



\_2º FÓRUM

## Economia Limpa

ACESSE  
[WWW.ABRALATAS.ORG.BR](http://WWW.ABRALATAS.ORG.BR)  
E FAÇA O DOWNLOAD  
GRATUITO DA VERSÃO  
DIGITAL DO LIVRO



**E**m um cenário de crescimento populacional – cerca de um bilhão de novos habitantes a cada 12 anos – e de aumento do consumo em geral, a adoção de medidas para mitigar os impactos ambientais passa, necessariamente, pela punição a poluidores e incentivos à produção sustentável. E o caminho mais adequado é a Tributação Verde. Essa é a conclusão do estudo realizado pela Tendências Consultoria Integrada, a pedido da Abralatas, e publicado no segundo volume do livro “Transição para uma nova ética tributária – A sustentabilidade como objetivo econômico”.

A publicação, lançada em São Paulo (SP) durante o 2º Fórum Economia Limpa, ainda traz uma análise sobre o tema, de autoria do especialista em Direito Tributário André Luiz Costa-Corrêa. O artigo defende que a política tributária seja repensada para direcionar o desenvolvimento econômico que se deseja sustentável, possibilitando um ambiente de negócios propício para os desafios do Século XXI.

O estudo da Tendências foi apresentado no mesmo evento pela economista e consultora Helena Veronese. “A poluição é um exemplo clássico, em todo livro de economia, do que é externalidade. Externalidade é quando a produção ou o consumo de determinado bem acaba afetando pessoas que não estão necessariamente envolvidas nesta produção e neste consumo”, explicou a economista, lembrando que a solução para esse tipo de problema foi apresentada há quase 100 anos, pelo economista britânico Arthur Pigou.

“A teoria econômica também já tem uma resposta clássica para isso desde

1920, com o imposto pigouviano. Ou seja, uma solução bem antiga, conhecida há bastante tempo e que nada mais é do que impor algum tipo de tributo para a empresa poluidora ou a concessão de algum tipo de subsídio para aquela com produção sustentável, de forma a tentar igualar o custo da produção ao custo social”, disse.

Helena Veronese explicou que a própria teoria econômica enxerga a necessidade de um imposto sobre o impacto ambiental da produção porque o sistema de preços é falho, ou seja, não necessariamente embute todas as consequências decorrentes da produção. “Por exemplo, quando a gente compra uma passagem aérea, não está pagando no preço final dela a poluição que o avião emite na atmosfera.”

Para ela, a tributação seria uma forma de minimizar o impacto da produção e do consumo sobre o meio ambiente e dar condições de igualdade entre competidores. “Se a gente pensar que uma empresa polui muito para produzir e outra utiliza uma tecnologia mais sustentável ou tem um índice de reciclagem extraordinário e não tem nenhum tipo de subsídio, é claro que o custo dessas empresas não é o mesmo. É claro que a empresa que mantém uma produção mais sustentável tem um custo mais elevado e gera um benefício social muito maior em comparação com a empresa que não tem essa preocupação.”

Helena disse também que hoje há uma maior atenção da sociedade com o impacto ambiental de suas decisões, mas isso é pouco observado nas ações dos governos. “A sociedade civil, não só no

Brasil, está se reunindo e tentando fazer a sua parte. É hora de o setor público também fazer a parte dele com um mecanismo que só o governo tem, a tributação.”

No estudo, a Tendências Consultoria avalia ações de Tributação Verde adotadas por outros países, como os Estados Unidos, o Japão, o Reino Unido, a França, a Coreia do Sul e a China, além dos casos ocorridos no Brasil.

O primeiro caminho, explicou, foi avaliar a possibilidade de aplicação de tributos extrasfiscais. “A função de um tributo verde não é só arrecadatória. Ele tem também a função de tentar fazer a sociedade mudar de postura. De fazer a sociedade enxergar que estamos em 2017, com o aquecimento global batendo à porta.”

Outra preocupação do estudo foi apontar para o caráter de neutralidade do imposto. “Ou seja, não necessariamente aumentar a carga tributária para fazer uma Tributação Verde, mas ela precisa existir, nem que seja de 0,00001%, no sentido de começarmos a pensar em Tributação Verde no Brasil, assim como muitos países do mundo já estão fazendo.”

Helena acha importante pautar o tema neste momento em que o Congresso Nacional discute a mudança no modelo tributário brasileiro. “Precisamos pelo menos colocar a sementinha da Tributação Verde na Reforma Tributária. Isso não significa um aumento de carga tributária. É importante a sociedade perceber que temos só um planeta Terra e que ele é finito”, alertou.

Os dois volumes do livro “Transição para uma nova ética tributária” estão disponíveis para *download* gratuito no site da Abralatas.





# DEBATE ANALISOU MODELOS E IMPACTOS DA UTILIZAÇÃO DE TRIBUTOS VERDES

O 2º Fórum Economia Limpa reuniu especialistas dos mais diversos campos para analisar a viabilidade de implantação da Tributação Verde no país, inclusive analisando casos internacionais e as barreiras nacionais às mudanças tributárias.

O economista Carlos Mussi, diretor da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) no Brasil, entende que o problema ambiental mundial é muito grave e defendeu a realização urgente de uma reforma fiscal ambiental, ajustada às características da nossa economia e às necessidades ambientais. “Todo passivo ambiental será um passivo fiscal no futuro. Ou seja, se o estado e a sociedade

não tentarem deter o passivo ambiental, o que não se resolve apenas pelo princípio do poluidor/pagador, isso será uma conta da sociedade e também um passivo fiscal, via dívida, para as futuras gerações.”

Já o economista Marcos Lisboa, presidente do Insper, que também vê com bons olhos um modelo tributário que leve em consideração as consequências ambientais, acha necessário, antes de tudo, saber medir os impactos da produção. “Colocar uma alíquota num imposto sem saber auferir os impactos da externalidade é dar um tiro no pé. Vai ser igualmente desastroso, pode criar mais distorção do que já existe”, disse, ressaltando que é

preciso serenidade, sem polarização, para se chegar a um consenso sobre o assunto.

**Experiências internacionais** – O evento contou também com um debate sobre “Políticas Tributárias com Objetivos Ambientais”. Evelyne Rodriguez, ministra para América Latina da agência Promexico, detalhou como funciona o imposto do carbono sobre combustíveis fósseis no México, implantado em 2014, com alíquotas diferenciadas de acordo com o impacto ambiental de cada tipo de combustível. Segundo ela, o imposto está ajudando a mudar o comportamento dos agentes econômicos para migrar para uma economia de baixo carbono, mas ressaltou a necessidade de ter



Foto: Folhapress

\_2º FÓRUM

# Economia Limpa

“

**Todo passivo ambiental  
será um passivo  
fiscal no futuro**

**CARLOS MUSSI**

Diretor da Cepal no Brasil

”

regras claras para que isso ocorra. “Para que os agentes econômicos alterem suas decisões de investimentos e consumo, precisam ter certeza das regras em longo prazo e de estabilidade na política econômica”, explicou.

Marcos Villas-Bôas, ex-conselheiro do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) do Ministério da Fazenda, comentou casos internacionais de Tributação Verde e ressaltou ser importante conhecer outras experiências. “É fundamental conhecer a Teoria de Tributação Ótima, um documento que trata das reformas tributárias realizadas no mundo nas últimas décadas. São diversos estudos, inclusive de vencedores do Prêmio Nobel de Economia, com os melhores desenhos de tributação, detalhes mínimos acerca do que vai gerar mais eficiência econômica, o que vai gerar mais igualdade. Algo relevante para se trabalhar exemplos de Tributação Verde.”

Para o advogado James Marins, especialista em Direito Tributário, é necessário um enviesamento ético quando se pensa em impostos verdes. “Precisamos de uma reforma tributária moral. Quando tratamos de tributação ambiental, estamos tratando de tributação moral. É a moralidade incorporada aos mecanismos tributários”, disse. Citando os exemplos europeus, destacou que há uma orientação clara da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para resolver os problemas ambientais com inovação. “Infelizmente no Brasil as reformas tributárias passam longe disso. Os recursos da CIDE Combustíveis, por exemplo, foram utilizados na reforma e na construção de estradas. Não me parece que seja uma utilização ótima para um tributo pretensamente ecológico.”

**Reforma Tributária** – O debate sobre a “Importância da Reforma Tributária para a Viabilidade Política” contou com a participação do jornalista e editor de Opinião da Folha de São Paulo, Gustavo Patu, do agente fiscal de rendas da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, Ivan

Cordeiro, e do professor de Economia da Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP), Odilon Guedes. Patu apresentou um cenário da dificuldade para a construção de um modelo tributário mais complexo no momento, tendo em conta os diversos interesses conflitantes envolvidos. Destacou também o fato de o sistema tributário brasileiro ser regressivo. “É completamente injusto. Onera mais quem é mais pobre e onera pouco quem é mais rico. Isto porque concentramos nosso sistema em tributos indiretos. De toda a carga tributária, metade (16%) é indireta.”

O professor Odilon Guedes concordou: “Quem paga tributo proporcionalmente no Brasil é pobre. Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) afirma que quem ganha dois salários mínimos despende 53,9% em tributos. Quem ganha mais de 30 salários mínimos paga 29%.” Odilon afirmou ainda que cerca de 20 entidades apresentaram recentemente uma proposta de reforma tributária, taxando proporcionalmente a renda em até 40%. “Os ricos têm que pagar mais. Isso não é radicalismo, não é absurdo. Acontece na Europa e nos Estados Unidos.”

Já Ivan Cordeiro comentou dois pontos importantes da Reforma Tributária que podem afetar a implantação de tributos com fins ambientais: a guerra fiscal entre os estados e a inconsistência temporal na tributação. “Querer introduzir a extrafiscalidade ambiental com ICMS é impossível neste cenário de guerra fiscal. Nesse caso, a solução seria a substituição do ICMS por um Imposto Sobre o Valor Agregado (IVA) federal”, defendeu. Já no caso da inconsistência temporal, disse que os agentes econômicos precisam confiar que a tributação ambiental vai permanecer pelo tempo necessário para reaverem seus investimentos. “A doutrina, nesse caso, tende a sugerir conceder a gestão de uma política tributária a um órgão independente das pressões políticas, como é o caso do Banco Central na política monetária”.





## A lata de alumínio é a voz da sustentabilidade

O mundo trabalha por uma Economia Limpa. Mas hoje, colocar no mercado um produto sustentável é competir em desvantagem com quem não está preocupado com os danos ao meio ambiente. Está na hora de construir uma economia de baixo carbono.



[www.abralatas.org.br](http://www.abralatas.org.br)

## Vai um pingado aí?

A cervejaria paranaense Way Beer lança a cerveja Pingado, inspirada na clássica mistura de café com um pingo de leite, famosa nas padarias espalhadas pelo Brasil. O destaque da Pingado, uma cerveja do estilo Hazy Brown Ale, fica por conta da utilização do café Acaiá Vermelho maturado em barris de cachaça. A cerveja recebe também a adição de lactose, que traz corpo à bebida, além de um pequeno dulçor e a sensação da presença do leite. A Pingado está disponível em latas de 473 mililitros.



## Superlatinhas

Itubaína lança edição limitada com 10 latas colecionáveis decoradas com desenhos de super-heróis criados pelos fãs da marca no Facebook. As latas fazem parte da campanha “A imaginação é seu maior poder”. Para criar as ilustrações, a Itubaína lançou uma pergunta aos seus seguidores na rede social: “Qual era seu superpoder especial de infância?”. “Criar Itubaína”, “Abrir portais imaginários” e “Congelamento do tempo” foram alguns dos poderes apresentados na edição especial.

## Destaque entre embalagens

As latinhas de alumínio brilharam na entrega do Prêmio ABRE de Embalagens, que avalia o produto por diversos critérios, como inovação, tecnologia, design e sustentabilidade. A lata da Tônica Antártica, fabricada pela Crown Embalagens, ficou com a prata no módulo Design Gráfico, que leva em consideração aspectos visuais, inovação, linguagem, impacto comercial, diferenciação, comunicação, informação, sustentabilidade, entre outros. Também ficou com a prata, entre as bebidas alcoólicas, a Livramento, um novo produto da Ambev. A lata foi produzida pela Ball. Ainda no módulo Design Gráfico, a latinha da Itaipava, fabricada pela Ardagh, pela Ball e pela Crown Embalagens, recebeu o prêmio de bronze.

No módulo Embalagem de Bebida Alcoólica, que avalia a embalagem como um todo, levando em consideração aspectos como a inovação, harmonia e clareza das informações, apelo de venda, ergonomia, funcionalidade, sistema de abertura e fechamento, aproveitamento do produto, sustentabilidade, entre outros, a premiada na categoria bronze foi a latinha da Skol em várias cores (Skolors), fabricada pela Ball.

